São Paulo, 3 de março de 2021.

Consultado a respeito da possibilidade de empregados da SABESP ingressem com o pedido para se inscrever como contribuinte facultativo no Sistema de Saúde do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual de São Paulo – IAMSPE, em razão das alterações promovidas pela Lei Estadual nº 17.293, de 15 de outubro de 2020, esclareço o seguinte:

A mencionada lei alterou dispositivos do Decreto-lei nº 257, de 29 de maio de 1970, para dispor a seguinte redação:

“Artigo 20 - A receita do IAMSPE será constituída pela contribuição de 2 ou 3% (dois ou três por cento), a depender da faixa etária conforme tabela constante no § 2º, do servidor ou empregado público civil, dos ocupantes exclusivamente de cargos em comissão, de função-atividade de livre provimento, de empregado público em confiança, e similares, do agente político, ativos ou inativos, bem como dos

pensionistas dos contribuintes (viúvos e companheiros), apurada mensalmente sobre a retribuição total mensal.”

Portanto, os empregados públicos podem passar a contribuir para o IAMSPE.

A SABESP é uma empresa pública estatal, criada através da Lei nº 119, de 29 de junho de 1973, com o objetivo de desempenhar o serviço público de planejar, executar e operar os serviços de saneamento básico em todo o território do Estado de São Paulo. O fato de a SABESP ser uma ‘sociedade’ não lhe retira ou exclui a finalidade precípua para a qual foi criada, ou seja, de prestar serviço público essencial, sem finalidade lucrativa. Logo, a sua natureza é pública, sendo na verdade, um instrumento do Poder Público Estatal, o qual é seu titular. Por consequência, enquadra-se na moldura fática de empresa pública.

Por tal motivo, os empregados da SABESP, podem, se desejarem, passar a contribuir para o IAMSPE, desde que façam no prazo até 13 de abril de 2021.

Importante alertar a categoria que o Governador João Dória vem noticiando sua intenção de privatização do IAMSPE e que tais contribuições poderão não contar com os mesmos benefícios até então existentes.

É o que tínhamos a ponderar.

Saudações,

Ricardo Gebrim

OAB/SP 101.217